

Economista quer tornar a miséria palpável

Pesquisa de Marcelo Neri diz que cada brasileiro gastaria R\$ 14 para acabar com problema

LUCIA MARTINS

RIO - Acabar com a fome dos 49,6 milhões de miseráveis é possível e não custa muito. Com 1,7 bilhão ou R\$ 14 por brasileiro não-indigente ao mês, o problema poderia ser erradicado. Esse foi o diagnóstico do economista-chefe do Centro de Políticas Sociais da Fundação Getúlio Vargas (FGV), Marcelo Neri, em um estudo divulgado na semana passada no Rio.

Neri admite que essa não é a primeira vez que um instituto de pesquisa faz um mapeamento da pobreza brasileira e tenta apontar soluções, mas afirma que seu estudo é inovador porque propõe a adoção de "metas claras baseadas em números simples nos mesmos moldes de políticas utilizadas para atacar a inflação". Segundo o levantamento, pobre é quem ganha menos de R\$ 79/mês, o necessário para o consumo mínimo de alimentos, segundo cálculos da Organização Mundial de Saúde.

Segundo ele, o que falta ao governo é uma linha oficial contra a miséria. Este seria o objetivo do estudo: chamar a atenção para o problema. Neri defende a adoção de programas de educação para atacar principalmente a indigência das crianças - 45% do total de pobres. "Deveríamos abrir as portas de um helicóptero cheio de dinheiro em cima das escolas. É claro que haveria erros, mas também estaríamos acertando muito", afirma o economista.

Estado - Outras instituições, como o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

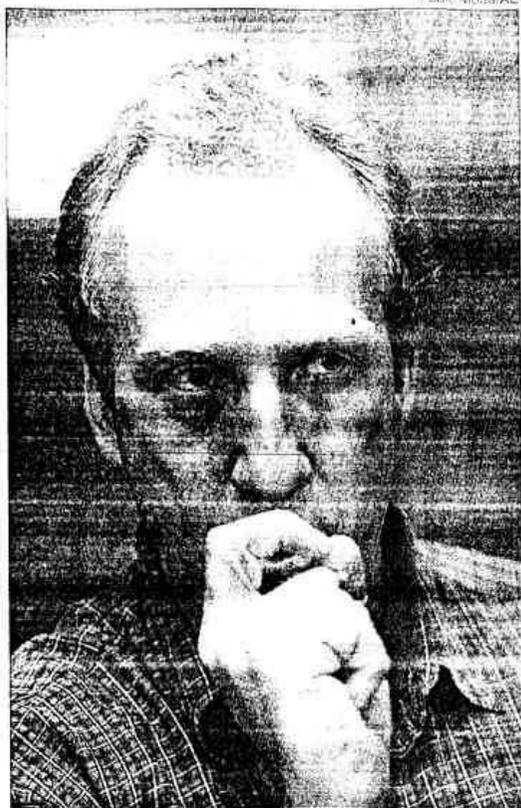
(Ipea), já mapearam a fome e a pobreza no país. O que a sua pesquisa traz de novo?

Marcelo Neri - De fato, vários grupos já apresentaram estudos com metodologias semelhantes. O aspecto inovador na minha pesquisa é o fato de ter apresentado um número simples. Nós informamos ao cidadão comum quanto, em tese, ele precisa investir para acabar com o problema. A pobreza brasileira é muito palpável. Da mesma forma que o brasileiro lê sua conta de luz e vê qual é a sua meta, nós apresentamos um parâmetro para a pobreza. Pesquisas não faltam, mas temos carência de mecanismos de diálogo com a sociedade. Queremos dar números inteligíveis ao cidadão. Em particular, ao cidadão não-indigente, que lê jornal e tem renda suficiente para ajudar.

Estado - Um dos problemas apontados por críticos de seu trabalho é que o estudo não incluiu o custo operacional de distribuição e nem mostra como o dinheiro chegaria ao bolso dos 50 milhões de brasileiros.

Neri - Minha área não é prática. Sou uma pessoa de grandes números. Nós estamos na era da informação, da informática. Veja um exemplo: se a Caixa Econômica Federal, o Banco do Brasil ou mesmo a rede lotérica decidissem dar cartões bancários para as pessoas, isso poderia ter um custo operacional baixo, próximo do nosso cálculo. Mas não estamos dizendo que a solução é um programa de transferência direta de dinheiro. Nosso texto é muito claro. Queremos dar um parâmetro. Esse número serve para reflexão.

Estado - E a identificação desses pobres? Como é possi-



Neri propõe a adoção de metas claras baseadas em números simples, como as usadas contra a inflação

vel saber quem são 50 milhões de miseráveis?

Neri - De fato, esse problema de identificação existe. O Ricardo Paes de Barros (do Ipea) sempre diz que política social no Brasil é um pouco como jogar dinheiro de um helicóptero. Concordo totalmente. Mas acho que devemos abrir as portas do helicóptero em cima de escolas. É claro que não há precisão e que haveria erros, mas estaríamos acertando muito. O que o estudo procurou mostrar é que a atual política social é muito mal focada. E isso não é

uma conclusão nova. Com um gasto social de 20% do PIB, é compreensível que todo mundo se pergunte por que a miséria não foi erradicada.

Estado - E é aí que entra a sua proposta das metas sociais...

Neri - Acho que a grande inovação da nossa proposta é a sugestão de que o Brasil adote um sistema de metas sociais como fez com a inflação. Que o governo tem vários programas sociais, isso ninguém pode negar. Mas o que está faltando é comu-

nicação com a sociedade. E a melhor forma de fazer isso é com metas sociais, começando pela redução de indigência, o problema mais imediato. Como o estudo dá números simples, ele faz com que as pessoas prestem atenção no problema. Se eu tivesse falado das metas sem apresentar os números, ninguém se sensibilizaria. Agora, se você fala que pode resolver o problema com R\$ 14 por pessoa não-indigente ou R\$ 10,4 por brasileiro, todo mundo escuta.

Estado - Como foi a resposta à pesquisa? O senhor foi procurado pelo governo?

Neri - Foi excelente a receptividade do estudo. Várias pessoas ligaram para perguntar o que poderiam fazer para ajudar. Acho que isso é até um pouco conjuntural, porque existe um clima de solidariedade por causa do racionamento. Acho que nós ficaríamos surpresos com a participação da sociedade civil no caso de haver metas claras. Sobre o governo, não posso dizer nada e prefiro manter o sigilo. Mas é claro que a divulgação do estudo está fazendo pessoas lembrarem do problema.

Estado - Quais as medidas eficazes para combater a miséria na sua opinião?

Neri - A maioria traz benefícios, mas acho que devemos começar com as crianças. Não é só uma questão de foco, é uma questão de horizonte. Vale a pena investir em educação. Acho que talvez estejamos recaído em um problema sério que é o de não reconhecer a educação como algo absolutamente fundamental. A segunda preocupação deve ser a de criar ações ligadas à previdência porque ela recebe o grosso dos recursos sociais. Diferenciar reajustes da previdência é uma forma im-

portante e simples de reduzir a pobreza. Por fim, temos que ter programas de apoio ao setor informal porque esse é o grande bolsão de pobreza (56% dos pobres estão em famílias cujo chefe trabalha no setor informal). O principal problema não é falta de emprego. As pessoas trabalham muito, mas não têm renda suficiente para sustentar suas famílias.

Estado - Se a solução para a pobreza não é tão complicada, como quer mostrar o seu estudo, por que o senhor acha que isso não é feito?

Neri - Um dos motivos é a falta de representatividade desses 50 milhões de brasileiros. Nas democracias, só os adultos votam. Mas 45% dos pobres brasileiros têm menos de 15 anos e não votam. E, para piorar, as políticas sociais têm sido focadas no plano eleitoral. Um outro problema é que o salário mínimo é a política de combate

à pobreza no imaginário brasileiro. Se você estuda miséria, não confirma isso. Em maio de 1995, quando houve um aumento do salário, houve também grande queda da pobreza. Mas estudos posteriores demonstram que o responsável pela queda foi o setor informal. Na minha opinião, os reajustes do mínimo são pouco eficientes na redução da indigência porque custam caro e só atingem adultos.

Estado - E o governo, qual é a participação dele nessa falta de foco?

Neri - Uma vantagem do meu estudo é que pertence a uma instituição independente. Então, eu posso falar o que quiser. E falo: o que falta ao governo é assumir uma linha de combate à pobreza oficial. Do que depender de mim, vou colocar pressão.

'REAJUSTE DO SALÁRIO MÍNIMO É INEFICIENTE'

'ESSES NÚMEROS SÃO PARA REFLEXÃO'